

O PRINCÍPIO EDUCATIVO DO TRABALHO: EMANCIPAÇÃO HUMANA E ALIENAÇÃO NO CONTEXTO CAPITALISTA

 <https://doi.org/10.56238/arev6n4-396>

Data de submissão: 24/11/2024

Data de publicação: 24/12/2024

Adriana de Almeida

Doutora em Educação

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

E-mail: adriana.almeida@uerj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4953-740X>

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9413979535002786>

RESUMO

A pesquisa aborda a dimensão ontológica do trabalho e sua relação com a alienação na sociedade capitalista, destacando o trabalho como fundamento da existência humana. O objetivo geral é analisar a teoria do princípio educativo do trabalho e sua relação com o processo de emancipação humana. As hipóteses propostas sugerem que o trabalho, como princípio educativo, atua nas duas dimensões da educação – adaptação e emancipação – integrando ciência, cultura e trabalho, enquanto, no contexto capitalista, o trabalho alienado reforça a adaptação e limita a discussão emancipatória da educação. Para investigar essas questões, a metodologia utilizada consiste em uma revisão de literatura de autores clássicos do materialismo histórico-dialético e contemporâneos, com uma reflexão crítica sobre as relações entre trabalho e educação. Os principais resultados indicam que o trabalho, além de sua dimensão ontológica, possui uma perspectiva educativa que integra ciência, cultura e trabalho, sendo essencial na formação educativa.

Palavras-chave: Dimensão Ontológica do Trabalho. Alienação. Princípio Educativo do Trabalho. Emancipação Humana.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por finalidade analisar o alcance da teoria do princípio educativo do trabalho e seu viés com o processo de emancipação humana. Ressalta-se, nesta análise, a dimensão ontológica do trabalho e também a forma de trabalho alienado na sociedade capitalista. O que se pretende demarcar é o trabalho como fundamento da existência humana, considerando que o ser humano se caracteriza a proporção em que produz a sua própria existência mediante as suas necessidades.

Por esta razão a categoria central deste estudo é o trabalho como princípio educativo, norteador dos processos de humanização e de atualização histórica do próprio ser humano. Assim, para descobrir alguns elementos foram realizadas reflexões sobre os textos dos autores clássicos do materialismo histórico-dialético e alguns contemporâneos que permitiram discutir a categoria para análise das relações entre trabalho e educação. As hipóteses norteadoras da análise foram as seguintes:

Hipótese 1: O trabalho se institui como princípio educativo, considerando a educação em sua dupla dimensão – de adaptação e de emancipação – por ser práxis que comporta, como um de seus fundamentos, a integração entre ciência, cultura e trabalho.

Hipótese 2: O trabalho, na sua formação social do capitalismo, ao se instituir como trabalho alienado, reforça o sentido da adaptação e impõe limites a discussão emancipatória da educação.

A metodologia utilizada para esta pesquisa parte da revisão de literatura de autores clássicos e contemporâneos, considerando que uma reflexão teórica e crítica promove um conteúdo original e indagações importantes sobre o objeto de pesquisa (Minayo, 2012). Os pressupostos que orientaram a escolha dos autores residem na centralidade do trabalho em suas obras e as discussões acerca do ser social, bem como a resistências as formas de resistência ao sistema excluente.

Num primeiro momento, será investigada a categoria trabalho como princípio educativo tendo como perspectiva a posição contraditória do trabalho, tanto em sua dimensão ontológica, quanto de trabalho alienado nos estudos clássicos Marx (1989;2006) em seus Manuscritos Econômico-Filosóficos e no Livro I de *O Capital*, destacando os capítulos V e VIII, Lukács (1981) na Ontologia do Ser Social e o Caderno 12 e Caderno 22 de Gramsci (2000). Um segundo eixo de investigação considerará este mesmo contexto para averiguar nos estudos de alguns autores contemporâneos o princípio educativo do trabalho, tais como: Saviani (2007), Ciavatta (2005), Ramos (2005) e Macário (2001).

Para salientar esta discussão se faz necessário esclarecer a categoria trabalho e o que se entende por trabalho alienado. Como já se indicou anteriormente, a dimensão ontológica do trabalho consiste na produção da existência humana a partir do trabalho, ou seja, um constante vir-a-ser provocado pelo

trabalho denominado devenir humano. Torna-se necessário aprofundar que há implícito neste processo a dimensão histórica, a transformação que é produzida pelas relações entre trabalho e cultura.

Por outro lado, o trabalho alienado se caracteriza pela expropriação do saber/conhecimento do trabalhador. Em outras palavras, o produto fabricado pelo trabalhador não pertence ao trabalhador, e este não tem controle do processo de trabalho, isto é, não decide o que ou como e quando produzir, há inerente nesta relação a ausência de controle em relação ao processo e ao produto do trabalho.

A questão que se coloca neste estudo é que esta contradição pode gerar a resistência as formas de alienação e, o próprio fazer do trabalho conduz a um conhecimento da alienação. É neste movimento que se sustenta as duas hipóteses para a problematização no âmbito das relações entre trabalho e educação.

2 KARL MARX E O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO: TENTATIVA DE APROXIMAÇÃO

O pressuposto que orientou a análise dos Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx (1989), consiste na reiteração de aspectos teóricos acerca do princípio educativo do trabalho. Por esta via, a partir das duas hipóteses já destacadas, objetiva-se argumentar com elementos concretos trechos no Primeiro Manuscrito que proporcionam inferências de comprovação e/ou negação de tais hipóteses.

Enfatiza-se a categoria trabalho discutida ao longo do Manuscrito como aspecto essencial de comparação com a categoria princípio educativo defendida por Antônio Gramsci (2000). Na perspectiva marxista, o trabalho é ontológico, ou seja, a forma pela qual o ser humano produz as suas condições de existência, portanto, o trabalho é um pressuposto fundante do devenir humano, constituindo-se como princípio educativo.

Ao discutir o salário do trabalho, Karl Marx (1989, p.101) aponta que, com a crescente divisão do trabalho e avanço da maquinaria, o trabalhador se vai reduzido fisicamente e espiritualmente a condição de máquina. É, então, nessa relação que o trabalhador se torna dependente das flutuações no preço corrente, no emprego do capital e nas determinações da classe hegemônica.

Isso significa que o ser humano ao ver-se na condição de máquina toma consciência de si e do seu trabalho, o que possibilita conhecer algo a mais da sua realidade. Esse processo favorece a consciência de uma parcela da alienação do seu trabalho. Em contrapartida, a dependência gerada por esta relação caracteriza a dimensão de adaptação do trabalhador as condições que são impostas pela sociedade capitalista. Ressalta-se, portanto, na análise dessa ideia o princípio educativo do trabalho, onde o próprio fazer do trabalho leva a um grau de conhecimento, afirmando a hipótese que enfatiza a dupla dimensão do trabalho de adaptação ou emancipação.

Este mesmo debate permite a reflexão de outra hipótese que contempla o trabalho alienado na formação social do capitalismo, reforçando o sentido da adaptação e impondo limites a educação emancipatória.

Na última parte do Primeiro Manuscrito, XXI, (p.157) Marx justamente se propõe a desvendar o trabalho alienado. As considerações do autor possibilitam identificar que na incorporação de novos padrões este reforço dicotômico se evidencia, como por exemplo, no processo de organização e circulação, com novos materiais e processos, nova organização, divisão e gestão do trabalho as mudanças na tecnologia entre outros fatores. Para melhor esclarecimento se faz necessário destacar a discussão de Karl Marx no início da temática sobre trabalho alienado, onde referencia a propriedade privada, a separação do trabalho, do capital e da terra, a divisão do trabalho, a concorrência, o trabalho que desce ao nível de mercadoria, afirmando esta segunda hipótese.

Ampliando a argumentação acima, é possível concluir, que o processo de adaptação e emancipação acontece ao mesmo tempo, em especial, na educação, portanto o trabalho alienado nas suas contradições poderá gerar a resistência, conduzindo o trabalhador a um conhecimento da alienação do trabalho, o que explica princípio educativo do trabalho.

No segundo Manuscrito ao discutir sobre a relação da propriedade privada, Marx considera que a lógica que envolve a propriedade privada é a separação, ou seja, as invenções da humanidade como, por exemplo, os produtos do trabalho, embora façam parte da essência humana, pela alienação¹ o homem se vê separado do objeto. Em outras palavras, a natureza e a técnica passam a ser propriedade privada.

Diante dessas considerações, a alienação ao separar ser humano e o objeto, produz a consciência de que o sujeito é algo distinto da totalidade. Sob esse aspecto, Marx (1989, p. 174) explica que: “A produção não produz unicamente o homem como uma mercadoria, a mercadoria humana, o homem sob a forma de mercadoria; de acordo com tal situação, produto ainda como um ser espiritual e fisicamente desumanizado”.

Tal discussão aproxima a reflexão sobre a segunda hipótese, partindo do princípio de que as considerações desenvolvidas por Marx propiciam analisar que as condições impostas pelo trabalho alienado, promovem uma adaptação tão grande às formas capitalistas que suprimem as possibilidades de resistência da classe trabalhadora.

Ao mesmo tempo, o autor destaca a contradição entre o apogeu e declínio desta relação (1989, p.175), sendo possível vislumbrar formas de oposição à legitimação da exploração capitalista. Diante

¹ A alienação, na concepção marxista, pode ser descrita como um processo de desumanização, onde o trabalhador não apenas se desliga do seu trabalho, mas também da natureza (Souza; Oliveira, 2024, p. 5873).

dessa contradição é possível contemplar o trabalho como princípio educativo. Em outros termos, o trabalho constitui-se como princípio educativo quando gera no sujeito um grau de resistência a alienação.

Ampliando este debate no terceiro Manuscrito, ao se referir a propriedade privada e ao trabalho, Marx (1989, p. 183) enfatiza a relação existente entre o sujeito e o objeto como um dos elementos da objetividade, pressuposto para a discussão da propriedade privada e alienação do trabalho.

Nesta linha de considerações a discussão da primeira hipótese se faz pertinente quando a propriedade privada o objeto torna-se estranho para o homem, sendo, portanto, um objeto estranho e não humano, onde a sua manifestação de vida se converte na sua alienação de vida

O duplo caráter do trabalho se manifesta reforçando indícios de que ora o princípio educativo se apresenta como um meio de adaptação, ora como potencial de emancipação. Em resumo, o trabalho permanece ontológico na sociedade capitalista, pois a consciência da alienação produz uma mudança no sujeito tanto na sua existência enquanto ser social, como na sua expressão individual.

Nesta mesma direção, em “o Capital”, Marx (2006), Capítulo V, ao discutir sobre o processo de trabalho ou o processo de produzir valores de uso fornece alguns elementos para aprofundar o debate acerca das hipóteses iniciais na perspectiva do trabalho como princípio educativo.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos -, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. (MARX, 2006, p. 211)

Nesse trecho, podemos inferir que há subjacente a este processo da natureza do trabalho humano a confirmação da primeira hipótese, pois através do trabalho o indivíduo desenvolve as suas potencialidades e assim imprime forma útil à vida humana, podendo gerar emancipação.

Mais adiante, Marx (2006) nos fornece alguns indícios para a discussão da segunda hipótese, ou seja, o processo de adaptação na forma de trabalho alienado, afirma:

O trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida em que o trabalho se realize de maneira apropriada e em que se apliquem adequadamente os meios de produção, não desperdiçando matéria-prima e poupando-se o instrumental de trabalho, de modo que só se gaste deles o que for imprescindível a execução do trabalho. (Marx, 2006, p.219)

O operário trabalha sobre o controle do capitalista a força de trabalho e tudo o que produz também nesse processo, a produção tem especificidades, o que era uma ideia se materializa no produto. O trabalhador, portanto, embora incorpore trabalho na fabricação de mercadorias, não se apropria do resultado. Esse conjunto de elementos confirmam a segunda hipótese onde no trabalho alienado acontece a adaptação.

No capítulo VIII, afirma-se sobre a Jornada de Trabalho:

Por outro lado, a natureza específica da mercadoria vendida impõe um limite ao consumo pelo comprador, e o trabalhador afirma seu direito, como vendedor, quando quer limitar a jornada de trabalho a determinada magnitude normal [...] Entre direitos iguais e opostos, decide a força. Assim, a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como luta pela limitação da jornada de trabalho, um embate que se trava entre a classe capitalista e a classe trabalhadora. (MARX, 1989, p.273)

A realidade enquanto síntese de múltiplas determinações e as condições efetivas de exploração reforçam as resistências e apontam para possibilidades. Nesse sentido, a dimensão educativa trabalho externo se converte em algo interior, a perspectiva do trabalho como elemento de formação humana. A dupla dimensão externa ao indivíduo e interno a ele próprio, gera o processo de transformação no e com o outro, seja no sentido da adaptação e seja no sentido da emancipação; pois quaisquer práticas humanas que leva à transformação social, leva à uma transformação no indivíduo.

3 O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO EM GEORG LUKÁCS E ANTÔNIO GRAMSCI

Ao analisar as formas históricas do capitalismo pode-se discutir o ato criador do trabalho (ontoológico) e a alienação. Lukács (1981) construiu uma análise da questão ontoológica, como o ser humano se faz pelo trabalho.

Sob este prisma, Lukács (1981) esclarece que a dimensão subjetiva da formação do ser social tem como base o fazer trabalho, sem desconsiderar as condições históricas da formação social particular.

Para este autor, portanto, a objetivação humana caracteriza-se pela transformação da objetividade do objeto e pela subjetividade do sujeito. No entanto, o sujeito se torna capaz de transformar a sua própria objetividade, o que se encontra entre o sujeito e o objeto, ou seja, o caminho e/ou processo chama-se ontologia social.

A partir dessa concepção, Lukács (1981) defende que o trabalho de uma atividade teleológica, orientado para um fim, existindo o pôr teleológico² o momento da projeção, da ideação que precede o ato do trabalho, constituindo-se num fenômeno originário da vida em sociedade, do ser social.

É essa complexidade que envolve as discussões no texto *O Trabalho* de Georg Lukács na obra “Para uma ontologia do ser social (1981)” onde analisar-se-á a contribuição de seus escritos para discutir o caráter emancipatório e de adaptação do trabalho.

A ênfase estáposta na forma originada do trabalho, condição ontológica onde o ser social é capaz de intervir no mundo exterior e transformá-lo. Assim argumenta Lukács:

Ao contrário, a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio a lua pela autoatividade do homem. [...] e mais simples do que possa parecer à primeira vista: todas as outras categorias desta forma de ser têm, essencialmente, já um caráter social, suas propriedades e seus modos de operar somente se desdobram no ser social já constituído; quaisquer manifestações deles, ainda que sejam muito primitivas, pressupõem o salto como já acontecido. Somente o trabalho tem, como sua essência ontológica, um claro caráter intermediário: ele é essencialmente, uma interrelação entre homem (sociedade) e natureza [...] (1981, p. 3)

Assim, tem-se o trabalho social, como elemento de mediação entre o homem e a natureza, um elemento unificador de todos os homens, que se torna dimensão e característica seres sociais. Lukács (1981) afirma que o salto ontológico acontece pelo trabalho, havendo uma unidade do sujeito com a sociedade, onde este pode usufruir da produção humana. Nessa argumentação, os produtos são externos ao homem, mas constitutivos do humano, isto revela um caráter emancipatório do trabalho, comprovando a primeira hipótese.

Em sua narrativa, Lukács (1981) define a capacidade da subjetivação, quando o sujeito transforma há a objetivação. Isto revela a consciência de uma pedra pode ter um fim humano. Em síntese, o trabalho nunca deixa de existir, a dimensão ontológica não tem fim. Para tanto, discute o ponto de visto físico, químico, biológico para representar a transformação do homem. Lukács argumenta que ao se transformar enquanto espécie, não é só no social que o homem transforma, mas transforma a própria espécie humana. O que ocorre em um determinado grupo social não fica só naquele grupo, o salto é universalizante, sendo atribuído a espécie, reforçando o caráter emancipatório.

Ao se referir ao trabalho como modelo da práxis social, Lukács (1981) afirma que nem mesmo na reprodução da própria existência se perde a dimensão da consciência; mesmo na reprodução o trabalho ainda é gerador da consciência. Entretanto, o sujeito está cada vez mais alienado pela força produtiva, todavia mesmo no trabalho alienado não se perde o caráter emancipatório.

² Na obra de Lukács (1981), entende-se por teleológico aquilo que é considerado como constitutivo da vontade

Em um outro trecho, pode-se pensar a segunda hipótese desta pesquisa:

Em primeiro lugar, qualquer posição teleológica é, em última análise, socialmente determinada e a posição do trabalho é determinada de modo muito claro pela necessidade, de cujo apelo nenhuma ciência pode jamais livrar-se completamente. [...] Quanto aos nexos menos diretos, o trabalhador pode até ter as ideias mais errôneas; o que importa é que haja um reflexo correto dos nexos mais imediatos, ou seja, que aquelas ideias não atrapalhem o sucesso do processo do trabalho (relação entre trabalho primitivo e magia). (LUCACKS, 1981 p.50)

Para o capital, é indiferente se o indivíduo tem consciência ou não do seu trabalho objetivado. A não consciência reforça a permanência das condições de exploração. Dessa forma, se considera a magia para evidenciar que tanto faz para que serve o trabalho, a fim de não gerar nenhuma consciência do fazer do trabalho.

Mais adiante, o autor destaca:

Hoje, no momento em que o grande desenvolvimento das ciências tornaria objetivamente possível uma ontologia correta, é ainda mais evidente que a falsa consciência ontológica no campo científico e a sua influência espiritual têm suas raízes nas necessidades sociais dominantes. (Lukács, 1981, p.54)

Ocorre que, no trabalho complexo, não se dá conta da objetividade, ela é contínua, entretanto menos emancipatória. No trabalho simples e no trabalho objetivado pode-se verificar esta diferenciação. No trabalho mais complexo, de produção complexa é menos visível a objetividade do trabalho, ou seja, menos o trabalhador vê para que serve (utilidade) o seu trabalho. Em alta escala a objetividade é mais distante e gera um grau de consciência menor, mais próxima da segunda hipótese, o grau subjetivo da consciência.

Cabe, finalmente, falar sobre os estudos de Antônio Gramsci (2000). É preciso considerar, no entanto, que a estrutura dos Cadernos do cárcere constitui-se de notas de leituras, esboços de ensaio realizados pelo autor. Gramsci (2000) vê a relação entre partido e sociedade como próxima, trabalha com bloco histórico para não tratar de uma ruptura linear, considerando a história permanente feita com continuidades e rupturas.

Para Gramsci (2000), a revolução deve ser cultural na forma de pensamento, analisar os partidos políticos, onde a educação é a base material, princípio dialoga com o trabalho e a cultura. No Caderno 12, o autor demonstra preocupação com a escola, sendo esta portadora por exceléncia da contra hegemonia, do intelectual orgânico. Associa duas ideias principais: intelectuais e hegemonia.

A Hegemonia consiste na construção da legitimidade econômica, adquirir legitimidade frente ao poder da base material. Por exemplo, o surgimento de um conjunto de ideias e práticas sociais, que tenham legitimidade e legalidade, considerando os elementos políticos, culturais, jurídicos.

As classes sociais criam grupo de intelectuais para confirmação deste *status* de legitimidade. O intelectual orgânico é fundamental na construção de certa hegemonia de uma classe social. Desse modo, aparece a importância da escola, como o local onde se formam as diferentes categorias de intelectuais. Gramsci (2000a) esclarece que o homem não deixa o intelectual, de pensar e agir, mas nem todos na sociedade exercem o papel de intelectuais.

Oliveira et.al (2024), enfatiza que para Gramsci é essencial garantir não apenas o domínio técnico do conhecimento, mas os princípios científicos e seus processos. Para ele, enquanto a educação estivesse voltada aos interesses do sistema capitalista, não produziria conhecimento crítico sobre a realidade dos trabalhadores, cerceando a possibilidade de se tornarem dirigentes na sociedade.

Voltando as questões iniciais pode-se discutir a primeira hipótese, destacando o seguinte trecho de Gramsci (2000a):

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual (Gramsci, 2000a, p. 33).

Ampliando essa argumentação, o autor aponta para a relação criadora do trabalho e da escola:

A relação de tais esquemas educativos com o espírito infantil é sempre ativa e criadora, como ativa e criadora é a relação entre o operário e seus utensílios de trabalho; também um sistema de medição é um conjunto de abstrações, mas é impossível produzir objetos reais sem a medição, objetos reais que são relações sociais e que contém ideias implícitas (Gramsci, 2000a., p. 51).

A Escola unitária, mencionada por Gramsci (2000a), se guia pelo princípio educativo do trabalho. Para superar o modelo dual, o autor, propõe a escola unitária desinteressada porque não é orgânica ao capitalismo. Unitária, única, no sentido de união entre ciência e trabalho, técnica e trabalho.

Ao se referir ao Americanismo e Fordismo, no Caderno 23, Gramsci (2000b) possibilita a discussão sobre a primeira e a segunda hipótese. Outro destaque da obra, sugere a segunda hipótese.

Por outro lado, é necessário encaminhar esta regulamentação e a criação de uma nova ótica. Deve-se observar como os industriais (especialmente Ford) se interessaram pelas relações sexuais de seus empregados e, em geral pela organização de suas famílias; a aparência de 'puritanismo' assumida por este interesse (como no caso do proibicionismo) não deve levar a avaliações erradas, a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado. (GRAMSCI, 2000b, p. 252)

Esse processo permite identificar que a racionalidade do trabalho na sua forma complexa no capitalismo se configura na mutilação da corporeidade e espiritualidade do trabalho, sendo consequências históricas do trabalho alienado. A partir dessas afirmações, Gramsci nos faz compreender que mesmo no trabalho alienado que expropria o saber do trabalhador, há elementos para a superação da alienação.

Ao falar sobre animalidade e industrialismo, Gramsci (2000b) pondera:

Aqui se inserem as primeiras formas de servidão da gleba das profissões etc. Até agora, todas as mudanças do modo de ser e viver tiveram lugar através da coerção brutal, ou seja através do domínio de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade: a seleção ou educação do homem adequado aos novos tipos de civilização, isto é, as novas formas de produção e de trabalho, ocorreu com o emprego de inauditas brutalidades, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os inteiramente. (p. 262)

Nesta situação, Gramsci (2000b) nega a segunda hipótese mesmo se referindo racionalização da produção e do trabalho, pois ainda que na perspectiva de trabalho alienado há subjacente os mecanismos para a atividade intelectual. Por conta disso, pode-se constatar a primeira hipótese o trabalho na sua dupla dimensão.

No que se refere a esta primeira hipótese Gramsci (2000b, p. 272), aprofunda que da mesma maneira que o sujeito não precisa refletir sobre os seus movimentos para se locomover, o mesmo pode acontecer na indústria com os gestos fundamentais do ofício e ao mesmo tempo pode-se pensar em tudo o que quiser.

Face a essa possibilidade do pensamento, da liberdade de refletir e tomar consciência das condições de exploração do trabalho pela sociedade capitalista, Gramsci atribui à educação o meio pelo qual o ser humano pode adquirir as condições de humanização e, portanto, de emancipação.

4 OS AUTORES CONTEMPORÂNEOS E A DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO

Outro paralelo para a análise são as produções sobre o princípio educativo do trabalho de alguns autores contemporâneos. Ciavatta (2005) no texto *Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea*, descreve acerca da dimensão humanizadora e criadora do trabalho confirmado a primeira hipótese por referir-se ao trabalho como práxis que contém em seus fundamentos a ciência, a cultura e o trabalho. Pode-se constatar essa inferência na seguinte citação:

O trabalho humano efetiva-se, concretiza-se em coisas, objetos, formas, gestos, palavras, cores, sons, em realizações materiais e espirituais. O ser humano cria e recria os elementos da

natureza que estão ao seu redor e lhes confere novas formas, novas cores, novos significados. (Ciavatta, 2005, p. 2)

Ao mesmo tempo, Ciavatta (2005) nos aproxima a reflexão da segunda hipótese, pois se utiliza dos escritos de Lukács para apontar o trabalho na sua dimensão histórica, esclarecendo que a produção da existência humana e a aquisição da consciência acontecem pelo trabalho: “O trabalho é a base estruturante de um novo tipo de ser, de uma nova concepção de história (Ciavatta, 2005, p.3).

Em um segundo eixo, apresenta as consequências do trabalho alienado e o processo de adaptação que impõe ao trabalhador, limitando as condições de emancipação: “[..] a vista da necessidade de um contingente cada vez maior de pessoas desocupadas ou em trabalhos ambulantes, precários, oferecem-lhes oportunidade de algum aprendizado e os responsabilizam para criar novas formas de trabalho [...]” (Ciavatta, 2005, p. 4)

Macário (2001, p.9) no texto *Determinações ontológicas da educação, uma leitura a luz da categoria trabalho*, reforça a primeira hipótese ao constatar que o trabalho é o momento criador da consciência, assim pelo e no trabalho, do ponto de vista ontológico, o ser humano realiza a mediação com a natureza e consigo mesmo.

É interessante notar que Macário (2001, p.13), ao discutir sobre a identidade da educação, aponta para a constatação da segunda hipótese que considera o caráter adaptativo do trabalho alienado, mencionando que a educação discriminatoriamente privilegia a riqueza cultural, a qual é oportunizada às classes dirigentes. Aos trabalhadores, a educação é oferecida a conta-gotas, em dose mínima para serem governados.

Ramos (2005, p. 107) em seu texto *Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado*, nos leva a nossa primeira hipótese enfatizando que: “Apreender o sentido dos conteúdos de ensino, implica reconhecer os como conhecimentos construídos historicamente e que se constituem para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos [...]. Assim vislumbra, tendo como horizonte a teoria gramsciana, a possibilidade da superação pelo processo educativo.

Ramos (2005) analisa a educação profissional e constata que esta reforça o caráter adaptativo dos indivíduos, é por este motivo que propõe uma forma de enfrentamento, que segundo a autora está contemplada na proposta do Ensino Médio Integrado, onde a formação articula trabalho, ciência e cultura, viabilizando o processo de emancipação.

Por fim, Saviani (2007) trabalha tendo como perspectiva o trabalho genérico, ou seja, do gênero humano, sendo assim a primeira hipótese é referida constantemente em seu texto *Trabalho e educação, fundamentos ontológicos e históricos*, pois considera o trabalho em sua dupla dimensão.

Saviani (2007, p.154) explica: “Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens[...]. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, um processo educativo.”

Saviani (2007) destaca como a nova forma de produção da existência humana, a industrialização, foi determinante na reorganização das classes, avalia ainda que as qualificações específicas e a maquinaria, introduziram no mundo trabalho e no âmbito educacional demandas diretamente relacionadas às necessidades do sistema produtivo. Desta maneira, houve uma proposta e a legitimação de escola dualista estrutural, isto é, escolas profissionais para os trabalhadores e escola de ciências e humanidades para os futuros dirigentes.

Esse contexto expresso por Saviani (2007) se enquadra na reflexão da segunda hipótese, considerando que a escola dual reforça a adaptação dos sujeitos, cada um dentro da sua perspectiva de classe.

Em resumo, os autores contemporâneos contribuem para pensarmos criticamente sobre a necessidade de compreender a dimensão ontológica do trabalho, mas também em perceber as contradições do trabalho alienado, tal qual se apresenta na sociedade capitalista influenciando os objetivos educacionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, os pressupostos que orientaram a análise deste texto no plano teórico da perspectiva do trabalho como princípio educativo, coloca em evidência que ora é possível entender o trabalho em sua dupla dimensão de adaptação e emancipação, ora se apresenta como adaptação limitando as possibilidades de emancipação.

Os autores estudados, tanto os clássicos quanto os contemporâneos dialogam com estas duas hipóteses em seus textos, entretanto à guisa de conclusão contempla-se que mesmo no trabalho alienado o trabalho é princípio educativo por fornecer elementos aos indivíduos para que estes possam tomar consciência da alienação que lhes é imposta pelo capitalismo.

O que foi possível observar é que o objetivo de Marx (1989;2006) foi estudar o trabalho no capitalismo, realizando uma crítica a economia política. Portanto, Marx (1989/2006) considera que o trabalho sempre foi histórico, entendendo a sua dimensão ontológica, o caráter ontológico. No entanto, o autor também comprehende a existência do trabalho que se enfraquece no sentido da alienação.

Lukács (1981) avança na discussão sobre o caráter ontológico do ser social, e afirma que sem o ser humano não há humanidade. Assim, na obra de Lukács (1981) se torna mais evidente a afirmação

da primeira hipótese, pois considera que em cada momento histórico existe o ser e o dever ser implicado na relação com o objeto.

Partindo dessa concepção, julga-se que diante de um problema o homem produz respostas e surgem novas necessidades, há um processo dialógico constante, não estático. O trabalho, nesta perspectiva, é uma relação mediada.

Tal formulação é reforçada, do ponto de vista científico, por Gramsci (2000), pois considera ser imprescindível educar cada indivíduo a partir do trabalho. Para Gramsci (2000), mesmo o trabalho alienado possui uma dimensão educativa.

Gramsci (2000a) defende o trabalho como princípio educativo, propondo uma escola que integra dois elementos: ciência e técnica; técnica e trabalho. O trabalho é tido como organizador, como ciência, não como abstração, mas como algo que deriva das relações de trabalho. Esta formação, para Gramsci (2000a) daria condições ao sujeito de se tornar dirigente, técnico e político. Nessa racionalidade, para Gramsci (2000a) estaria posta a possibilidade de liberdade.

É nesse movimento que se torna possível constatar a dimensão ontológica do trabalho e a sua perspectiva educativa, considerando a educação em sua dupla dimensão – de adaptação e de emancipação – por ser práxis que comporta, como um de seus fundamentos, a integração entre ciência, cultura e trabalho.

Nesse conjunto de fatores, o trabalho é um elemento importante na formação educativa porque possui um sentido teórico-prático capaz de intervir na integração entre trabalho e educação.

Em resumo, na sociedade capitalista, a qual favorece o processo de alienação e adaptação, se faz necessário criar um processo educativo que integre ciência e técnica a partir do princípio do trabalho, para que se possa estabelecer a articulação entre ciência, cultura e trabalho.

REFERÊNCIAS

- CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo na sociedade contemporânea: o trabalho como princípio educativo. Síntese do texto discutido com os participantes do Seminário Nacional de Formação – MST, realizado na escola Florestan Fernandes, mar., 2005.
- LUKÁCS, G. O trabalho. In: LUKÁCS, G. Ontologia do ser social. Trad. De Ivo Toned. Mimeo. 1981.
- GRAMSCI, A. Apontamentos e notas esparsas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. O princípio educativo. Caderno 12. In: Cadernos do Cárcere. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 2000a.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. Caderno 23. In: Cadernos do Cárcere. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, 2000b.
- MACÁRIO, E. Determinações ontológicas da educação: uma leitura à luz da categoria trabalho. 2001. Disponível: <http://wbnv.ppgte.cefetpr.br/gtteamped/trabalhos/t0956971638795.pdf> acesso em 14.11.07
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. Lisboa: Edições 70, 1989.
- MARX, K. Processo de trabalho e processo de produzir mais-valia. Cap. V. In: MARX, K. O Capital. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MARX, K. A jornada de trabalho. Cap. VIII. In: MARX, K. O Capital. 23. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MINAYO, M.C.S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. Ciência & Saúde coletiva, 17, vol. 3, p. 621-626, 2012.
- OLIVERIA, M.M. Gramsci, Althusser e Bourdieu: em debate, a função social da escola. Revista ARACÊ, São José dos Pinhais, v. 6,n.2, p.2097-2111,2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/788/1139>. Acesso em: 20, dez., 2024.
- RAMOS, M. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTFO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org) Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- SAVIANI. D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Apresentado em sessão especial do Grupo de Trabalho e Educação na 27ª Reunião da Associação Nacional de Pós - Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) realizada em Caxambu, MG, de 16 a 20 de outubro de 2006 <http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=content&task=view&id=695&Itemid=848> em 04.11.07
- SOUZA, I.M.L; OLIVEIRA, R.D. O processo de alienação da comunicação na sociedade do consumo: um olhar sobre as consequências para o meio ambiente. Revista ARACÊ, São José dos Pinhais, v. 6,n.3, p.5872-5909,2024. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/1280/1843>. Acesso em: 20, dez., 2024.